

361

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Revista Portuguesa de Historia
t. XXXVI (2002-2003)
pp. 367-390 (vol. 1)

Mulheres e Homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)

MARÍA PAULA MARÇAL LOURENÇO
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Princesa de Castela, Rainha de Portugal e regente do Reino, a figura, controversa e mal conhecida, de D. Catarina de Áustria tem vindo a suscitar um interesse crescente por parte da historiografia portuguesa e europeia, em particular nas duas últimas décadas¹. Com efeito, é quase impossível

¹ Cf. Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal. Estudo historico com muitos documentos*, tomo II, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1879, p. 3 e seguintes; cf. Queirós Veloso, “A política castelhana da rainha D. Catarina de Áustria. O casamento da filha com o filho de Carlos V”, *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1950, pp. 17-133; cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *O «Deve» e o «Haver» da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)*, sep. dos Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XXVIII, Lisboa - Paris, F.C.G., 1990, p. 138; *idem*, *Um Espaço. Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Hugin, 2001; cf. o trabalho recente de Paulo Drumond Braga, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002; Anne Marie Jordan, *The development of Catherine of Austria's collection in the queen's household: its character and cost*, Tesis Doctoral, Brown University, Providence, 1994; *idem*, *Retrato de Corte em Portugal. O legado de Antonio Moro*, Lisboa, Quetzal Editores, 1994.

permanecer indiferente a uma personagem histórica cujas atitudes, actos e decisões, contribuíram para modelar, em larga medida, a fisionomia da vida de corte e da Casa Real portuguesa, na segunda metade do século XVI.

Como temos vindo a afirmar em trabalhos realizados ao longo dos últimos anos, a reconstrução «possível» da vida e obra de D. Catarina de Áustria, apenas adquire relevância científica no quadro de estudos detalhados e inter-relacionados sobre as Casas da Família Real, espaços e lugares onde se consolidavam os laços de parentesco, as fidelidades, e que davam origem, não raro, à existência de *partidos*, de facções e de grupos de pressão com peso decisório nas orientações de natureza política, diplomática e económica no Reino e no Império².

Estudada que já foi por nós a entrada da rainha D. Catarina de Áustria, em 1525, em Portugal, no quadro da política matrimonial da Casa de Avis e dos Habsburgo ao longo do século XVI³, importa neste trabalho dar a conhecer, em primeiro lugar, a composição do séquito da rainha D. Catarina de Áustria, em especial, no que diz respeito à permanência de vários desses elementos ou de seus descendentes ao serviço da consorte régia, para, num segundo momento, estudar com maior profundidade a elite governativa da casa da consorte régia entre 1525 e 1578.

Deste ponto de vista, propomo-nos no texto que se segue privilegiar o estudo de um dos principais sectores da Casa da Rainha, a *Câmara*, onde a «família» feminina e masculina da consorte régia desempenhava funções múltiplas, mas propiciatórias ao reforço de alianças matrimoniais, à constituição de grupos com forte influência política e social e ao exercício da protecção e do «favor» régio⁴. Mulheres e homens que ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria souberam consolidar o estatuto, o prestígio e o poder.

² Trata-se de um estudo sobre a composição social, as redes familiares e de serviço à Casa de D. Catarina de Áustria que está em fase de elaboração e cujos primeiros indicadores e hipóteses de trabalho foram apresentados no *Curso de Verano da Universidad de Extremadura - Portugal y Espana: Un Nexo Atlántico*, Alcántara, de 15 a 19 de Julho de 2002, numa comunicação intitulada, *A Casa de D. Catarina de Austria, Infanta de Castela e Rainha de Portugal* (no prelo). Acresce que as referências feitas neste texto ao séquito da rainha ou mesmo à composição masculina dos moradores da sua Casa são apenas, como referimos no texto, alguns dos elementos desse estudo mais aprofundado.

³ Sobre a entrada e casamento de D. Catarina vejam-se os trabalhos de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *O «Deve» e o «Haver» da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)*, p. 138; idem, *ob. cit.*, 2001, pp. 37-44; Maria Paula M. Lourenço, *A entrada de D. Catarina de Austria por terras do Alentejo em 1525: triunfo, festa e poder*, comunicação apresentada no colóquio *Évora, o Foral Manuelino e o Devir Quinhentista*, realizado na Universidade de Évora, nos dias 20 e 21 de Novembro de 2001 (no prelo).

⁴ A economia de espaço impôs a escolha temática enunciada, estando nós conscientes da importância de um estudo integrado e relacional dos outros ofícios e sectores da Casa de D. Catarina de Áustria.

2. Como tivemos oportunidade de salientar noutro estudo, D. Catarina trouxe no seu séquito alguns criados e damas, que ocuparam importantes cargos na sua casa privada e mesmo, em determinadas circunstâncias, na Casa Real⁵. Pensamos mesmo que este grupo castelhano terá tido uma actuação de maior influência e uma pressão social mais duradoura na primeira etapa de constituição da Casa da Rainha, isto é, entre 1525 e 1539, sendo esta última data aquela em que D. Catarina de Áustria inicia o processo de afirmação de um papel político relevante.

Neste sentido, é provável que D. Catarina de Figueiroa, a sua principal dama, a acompanhasse até Portugal⁶. Aliás, D. Mecia de Quintanilha, filha desta dama, figura como uma das donzelas castelhanas que serviu a rainha, pelo menos, até 1542. É sabido, por outro lado, que várias damas castelhanas vieram, em 1525, para o serviço da rainha tais como D. Cecília de Mendonça e Bocanegra, que ocupou, em 1542, o cargo de camareira⁷, ou a famosa D. Maria de Velasco⁸, cuja correspondência epistolar com Carlos V, nos dá conta da grande consideração que D. João III tinha pela sua esposa⁹.

Temos ainda notícia, que, no ano de 1542, seis donzelas castelhanas constavam do rol de moradores da Casa da Rainha, entre elas D. Catarina de Tovar, D. Luisa de Guiomar, filha de Francisco de Guzmán, D. Catarina da Veiga, neta de D. Leonor de Alarcão, sendo de sublinhar o nome de D. Maria de Velasco, neta da homónima, e de D. Francisca de Mendonça, filha de Francisco de Velasques, neto da distinta camareira-mor da rainha¹⁰.

⁵ Veja-se o nosso trabalho, «O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: A Família Real, a índia e os Grupos de Poder», comunicação apresentada no *Congresso Internacional - D. João III e o Império*, Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002 (no prelo).

⁶ Segundo Emilio Calderón, D. Catarina de Figueroa substituiu, temporariamente, D. Bernardo de Sandoval y Rojas, marquês de Dénia, à frente da governança da Casa de D. Joana de Áustria, após a revolta dos Comuneros, «Catalina de Austria», *Princesas Españolas que Reinaron en Europa*, Madrid, Cirene, 1995, p. 37.

⁷ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. n.º 648, fl. 3 [*Livro da Matricula dos Moradores da Casa da Rainha D. Caterina. Desde o anno de 1542 ate o de 1572*].

⁸ BN, *ibidem*, fl. 3.

⁹ Cf. Paulo Drumond Braga, *ob. cit.*, p. 57; *Lettres des Souverains Portugais à Charles Quint et à l'Imperatrice (1528-1532), suivies en annexe des Lettres de D. Maria de Velasco e du Duc de Bragançe, conservées aux Archives de Simancas*, edição apresentada e comentada por Aude Viaud, Paris, C.N.C.D.P., F.C.G., C.C.G., 1994.

¹⁰ BN, *ibidem*, fl. 3. Algumas informações apontam no sentido de D. Maria Velasques ter vindo de Castela com o seu neto, Francisco Velasques de Aguilar, fidalgo castelhano e instituidor do Morgado de Santa Catarina. Aliás, tanto ela como o seu neto foram sepultados na capela de Santa Catarina em Lisboa. Cf. Conde de Sabugosa, *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*, Lisboa, 1941, p. 11.

Desde logo, se depreende que se tratam de elementos ligados a idênticos núcleos familiares que acompanharam a rainha até Portugal e que aqui consolidaram laços de parentesco entre si, sob o patrocínio de D. Catarina. Refira-se, uma vez mais, o exemplo de D. Cecília Bocanegra casada com D. Felipe de Aguilar, um dos membros do séquito de D. Catarina, referido, aliás, por Frei Luís de Sousa¹¹. Certo é que este fidalgo castelhano viria a ser trinchante-mor do príncipe D. João, chegando a família Velasques de Aguilar a instituir o morgado de Santa Catarina¹².

Porém, após a fase inicial da formação da casa, vamos encontrar vários castelhanos ao serviço da rainha que naturalmente protegeu os seus conterrâneos, promovendo a sua influência e prestígio na corte portuguesa. Uma vez mais, a família Velasques destacou-se, ao longo do período em estudo, com um maior número de homens e de mulheres ao serviço da consorte régia. Para além dos já referidos, Afonso Velasques, viria a ser camareiro, em 1542, e, nessa mesma data, Filipe Bocanegra era pagem da rainha, sendo filho de Francisco Velasques¹³. Em 1564, Joana Velasques era dona da câmara e alguns outros castelhanos como Diogo Zalema, tesoureiro, Francisco de Flanao, aposentador-mor e Afonso de Zúñiga, estribeiro-mor, ocuparam essas funções, em períodos coincidentes ou distintos, na Casa da Rainha¹⁴.

É evidente que estas referências aos membros do séquito castelhano que vieram com D. Catarina de Áustria são parcelares e não contemplam, na sua totalidade, a afluência numerosa de estrangeiros à corte de D. João III, sobretudo na sequência da vinda de D. Catarina de Áustria. Contudo, podemos, desde já, concluir, que as famílias Bocanegra, Velasques e Aguilar, cujas ligações entre si consolidaram sólidas redes de parentesco, tiveram um lugar preeminente na *Câmara* da rainha e na Casa Real portuguesa.

Gozando dos privilégios dos naturais do Reino, pertenceram a grupos de pressão com forte influência na *governança* da Casa da Rainha. Como refere Frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III* «alguns destes criados [...] neste reino passaram muito adiante em cargos e estimação, merecida por partes de entendimento e prudência»¹⁵.

¹¹ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* (com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa), vol. II, cap. II, Lisboa, 1954, p. 198.

¹² Cf. Conde de Sabugosa, *op. cit.*, p. 11.

¹³ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, fl. 4.

¹⁴ Diogo Zalema e Afonso Velasques desempenharam essas funções, em 1542, e Afonso de Zúñiga em 1578. BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, fis. 4 e 4 v.

¹⁵ Cf. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, vol. II, cap. II, 1954, p. 198.

Não sendo propósito deste texto estudar a composição eclesiástica do séquito, da capela e dos confessores da rainha, podemos, todavia, relevar a presença de alguns dos eclesiásticos que acompanharam a consorte régia até Portugal e que em terras lusas se distinguiram em honra, prestígio e poder¹⁶.

É o caso de D. Julião de Alva, exemplo modelar de promoção social e ascensão rápida no interior da hierarquia eclesiástica graças, em boa parte, à protecção de D. Catarina e de D. João III. Castelhana, natural de Madribejo, veio com a rainha para Portugal onde foi seu esmoler-mor e confessor¹⁷, desempenhando o papel de mestre escola na Sé de Évora, tendo sido provido como 1.º bispo de Portalegre, diocese criada por D. João III, em 1549. Por outro lado, em 1550, passava a ter assento no Conselho do rei, gozando de todos os privilégios e honras de conselheiro, vindo ainda a ser bispo de Miranda¹⁸. O mesmo se diga de Toribio Lopes, membro do seu séquito, deão da capela de D. Catarina de Áustria, e que, após nobilitação régia, é provido no bispado de Miranda¹⁹.

Todavia, se os homens e mulheres vindos de Castela ocuparam lugares e funções de maior ou de menor relevância na Casa de D. Catarina, em especial, e até certa altura, na *Capela*, nunca tutelaram o centro de irradiação do poder da rainha, isto é, a sua *Câmara*.

É precisamente nesta linha de pensamento, que os estudos coordenados por José Martínez Millán sobre a corte de Carlos V e de Filipe II têm vindo a realçar a importância do estudo do papel dos séquitos na política de aproximação dinástica das coroas portuguesa e espanhola no contexto mais amplo da corte e da Casa Real²⁰.

¹⁶ Para além dos famosos Toribio Lopes e Julião de Alva acompanharam a rainha, entre outros, os eclesiásticos, Paulo Afonso e Rodrigo Sanches. Cf. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, vol. II, cap. II, 1954, p. 198.

¹⁷ BN, *Colecção Pombalina*, n.º 151, *Corte de Portugal [...]*, fl. 283.

¹⁸ Cf. José da Silva Terra, «Espagnols au Portugal au Temps de la Reine D. Catarina. D. Julião de Alva (c. 1500-1570)», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, Paris, 1975, pp. 417-506; cf. Isabel Maria Ribeiro Mendes, *A Casa da Rainha D. Catarina e as dídivas ao Clero*, sep. de *Itinerarium. Revista Quadrimestral de Cultura publicada pelos Franciscanos de Portugal*, Ano XXXV, n.º 133-134, Janeiro-Agosto, 1989, p. 96.

¹⁹ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 93-96.

²⁰ Cf. *La Corte de Carlos V*, (dir. José Martínez Millán), 5 vols., Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000; cf. *La corte de Felipe II*, (dir. José Martínez Millán), Madrid, Alianza Editorial, 1994. Mais recentemente vejam-se os trabalhos de Félix Labrador Arroyo, *La Casa de la Emperatriz Isabel de Portugal (1526-1539)*, Madrid, Memoria de Licenciatura, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, policopiado; de Bethany Aram, *La Reina Juana. Gobierno, piedad y dinastía*, Madrid, Marcial Pons/Historia, 2001; ou de Álvaro Fernández de Córdoba Miralles, *La Corte de Isabel I. Ritos e ceremonias de una reina (1474-1504)*, Madrid, Editorial Dykinson, 2002.

Neste campo, são bastante mais ricas e abundantes as informações sobre a Casa da Rainha D. Catarina, o que nos permite avaliar o peso das facções e dos grupos de pressão no interior desta estrutura política e social e, em boa parte, no interior da Casa Real.

Como foi destacado recentemente, e sobretudo a partir de cerca de 1539, o ascendente político de D. Catarina junto de D. João III, fez-se sentir²¹. De facto, se a avaliação da influência política de D. Catarina, por parte do embaixador castelhano Lope Hurtado, parece denotar um certo exagero panegírico ao considerar que «todos los consejos los tiene el Rey en casa de la Reyna»²², mais avisadas parecem ser as palavras de Frei Luís de Sousa, pois que «por suas grandes virtudes e raro entendimento, (tinha a rainha), alcançado tanta autoridade com el-rei, que até nas matérias mais importantes ao bem do reino, queria e ouvia com toda confiança seu voto»²³.

É, pois, compreensível que vários dos membros da Casa de D. Catarina, que acumulavam essas funções com outras de prestígio acrescido nas estruturas da administração central, na hierarquia nobiliárquica e militar, no Reino e no Império, tenham exercido uma influência significativa na prática política régia.

Nesta ordem de ideias, interessa-nos analisar com particular incidência a composição da *família masculina* da Casa da Rainha, isto é, a elite governativa, no espaço temporal para o qual é possível elencar o maior número de dados e de informações documentais, ou seja, entre 1539 a 1578²⁴.

O lugar cimeiro na hierarquia da Casa da Rainha era ocupado pelo mordomo-mor, função de grande prestígio no seio da Casa Real, a quem competia o governo, a administração e a superintendência desta estrutura social. Responsável pelos provimentos dos oficiais da Casa, controlava com o seu parecer *filhamentos* e atribuições de moradias, podendo ainda garantir «favores», arbitrar facções, promover clientelas, ou, ao invés, fazer cair no esquecimento pedidos e promoções. Em síntese, responsável pela vigilância física e «moral» da corte da rainha,

²¹ Cf. Paulo Drumond Braga, *ob. cit.*, p. 90.

²² Cf. Queirós Veloso, *ob. cit.*, p. 120.

²³ Cf. Frei Luís de Sousa, *ob. cit.*, vol. II, p. 216.

²⁴ Para tal cruzámos a informação recolhida na BN, *Colecção Pombalina*, n° 151, *Corte de Portugal*, P. I, L. 2, *Officiaes da Casa das Raynhas*, fl. 283; BN *Colecção Pombalina*, Ms. 648, fis. 1-5 v. [*Livro da Matricula dos Moradores da Casa da Rainha D. Caterina. Desde o anno de 1542 ate o de 1572*] e no IAN/TT, Núcleo Antigo, n° 143 D, [*Livro das moradias da Rainha Dona Cateryna Nossa Senhora do ano de mil quinhentos e cinquenta*], *ibidem*, n° 145, [*Livro da matricola dos moradores da Casa da Rainha Nossa Senhora do ano presente de mil quinhentos e cinquenta e tres*]; *ibidem*, n° 166, [*Livro do serviço dos moradores da Casa da Rainha Dona Catarina Nossa Senhora do ano de mil quinhentos e cinquenta e nove*].

em particular no seu reduto mais íntimo e inacessível, a *Câmara*, ao mordomo-mor estava subordinado todo o serviço palatino da Casa da Rainha.

Ora, este ofício foi ocupado a partir de cerca de 1539 e, por ordem respectiva, até 1578, por D. Fernando de Faro, por Nuno Álvares Pereira, por Aleixo de Meneses, por Pedro de Miranda, por D. Francisco de Noronha e por D. Sancho de Noronha. Adiante-se que, na documentação consultada, surgem ainda como mordomos-mores, mas sem registo cronológico, D. Álvaro de Sousa, senhor de Eixo e Requeixo²⁵ e D. Nuno Martins da Silveira, senhor de Góis e vedor das obras do Reino²⁶. Convém realçar que eram todos portugueses, pelo que nenhum destes cargos foi atribuído a castelhanos de acordo com a tradição da Casa Real portuguesa.

D. Fernando de Faro, senhor do Vimieiro, que terá ocupado o lugar de mordomo-mor de D. Catarina, provavelmente entre 1539 e a data da sua morte, a 9 de Janeiro de 1552, era filho segundo de D. Afonso, 1º conde Faro, e da condessa de Odemira, D. Maria de Noronha, filha herdeira do 1º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha²⁷.

Por seu turno, D. Nuno Álvares Pereira, que surge como mordomo-mor da rainha no ano de 1553, era filho de D. Fernando de Meneses, 2º marquês de Vila Real, e de Maria Freire de Andrade, filha de João Freire de Andrade, senhor de Alcoutim e aposentador-mor da Casa Real²⁸.

²⁵ BN, *Colecção Pombalina*, n° 151, *Corte de Portugal*, P I, L. 2, *Officiaes da Casa das Raynhas*, cap. 15, fl. 283.

²⁶ BN, *ibidem*, fl. 283.

²⁷ Muito embora o primeiro registo de D. Fernando de Faro como mordomo-mor da rainha seja o de 1542, é provável que ocupasse esse cargo desde 25 de Dezembro de 1539. BN, *Colecção Pombalina*, n° 151, *Corte de Portugal* [...], fl. 283; BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, fl. 4; IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n° 143 D, fl. 28. Sobre a casa de Vimieiro vide, «Vimieiro (Condes do)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, (direcção, coordenação e compilação de Afonso Eduardo Martins Zuquete), Lisboa, 1961, pp. 535-536. Por sua vez, o 1º conde de Faro, D. Afonso era senhor das terras de Riba do Vouga e dos julgados de Eixo, Ois, Paus e Vilarinho, alcaide-mor de Estremoz e de Eivas, senhor de Aveiro e das dizimas do pescado dessa então vila, de Faro e das pensões dos tabeliães de Silves e donatário das vilas de Vimieiro, Mortágua e outras terras. Era fronteiro-mor de todas as suas terras, podendo nelas apresentar todos os seus ofícios. Cf. «FARO (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, 1960, pp. 577-578.

²⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n° 145, fl. 16; D. Fernando de Meneses, 4º conde e 2º marquês de Vila Real, foi-lhe concedido o título de 1º conde de Alcoutim e 2º de Valença, respectivamente, em 13 de Junho de 1497 e em 1 de Setembro de 1499, como o senhorio desta vila, de Caminha, das terras de Valadares, etc; cf. «Vila Real, (Condes, Marquesses e Duques de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, 1961, p. 526.

D. Aleixo de Meneses, que nos aparece, em função dos dados recolhidos, como o 3º mordomo-mor da rainha D. Catarina, ocupou essa função, eventualmente, entre 1554 e a data em que foi nomeado aio de D. Sebastião, a 10 de Novembro de 1559²⁹. Senhor de Alfaiates e alcaide-mor de Arronches, embaixador de D. João III junto de Carlos V e destacado militar, sobretudo, nas campanhas do Norte de África, D. Aleixo de Meneses era filho de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Cantanhede, 2º senhor dessa vila, de Tañeos, da Asseiceira, da Atalaia e de outras vilas, cavaleiro da Ordem da Espada, que pertencera ao Conselho do Rei, e fora alferes-mor de D. Manuel I³⁰.

É provável que D. Pedro de Miranda, moço fidalgo de D. Manuel, tenha servido o cargo entre 1559 e 1564, ano da nomeação de D. Francisco de Noronha³¹. De facto, este «homem da rainha» servira, pelo menos, em 1542, o ofício de trinchante e de mestre-sala das damas³².

Por seu turno, D. Francisco de Noronha, o supracitado mordomo-mor, 2º conde de Linhares aparece ocupando esse cargo a partir de 1564, e é provável que tenha permanecido no mesmo até à data da sua morte, a 13 de Maio de 1574³³.

O último mordomo-mor da consorte de D. João III, foi D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, senhor dessa vila, de Mortágua e Penacova e alcaide-mor de Estremoz e de Alvor, e que desempenhou essa função até cerca de 1578, ano em que viria a falecer D. Catarina de Áustria aos 71 anos de idade³⁴.

Do que ficou acima exposto, podemos, pois, reter elementos fundamentais para a caracterização sociológica dos principais guardiães da Casa de D. Catarina de Áustria, os mordomos-mores.

Em primeiro lugar, importa sublinhar, como em regra sucedia na Casa Real Portuguesa, a atribuição do cargo de mordomo-mor a membros das principais Casas senhoriais do Reino. À excepção de Pedro de Miranda, que poderá apenas ter exercido o lugar interinamente, enquanto não era nomeado novo mordomo-mor, todos os demais pertenciam aos senhores e *Grandes* do Reino, que estabeleciam entre si complexas ligações de parentesco, sólidos alicerces de poderosas redes de «protecção» política, social e económica.

²⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, nº 166, fl. 18; BN, *Colecção Pombalina*, nº 151, *Corte de Portugal*, fl. 283.

³⁰ «Cantanhede (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, 1960, p. 479.

³¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo* nº 143 B, fl. 15.

³² BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 4.

³³ BN, *Colecção Pombalina*, nº 151, *Corte de Portugal*, fl. 283; BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 4.

³⁴ BN, *Colecção Pombalina*, nº 151, *Corte de Portugal*, fl. 283; BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 4 v.; BA, *Genealogias Manuscritas*, 50-IV-12 «Condes de Odemira», fl. 89; cf. «ODEMIRA (Condes de)», vol. III, 1961, p. 61.

Com efeito, o recrutamento destes servidores da Casa de D. Catarina fez-se entre comendadores de Ordens Militares, alcaides-mores e importantes donatários da Coroa, respectivamente, os senhores de Vimieiro, os de Eixo e Requeixo e os de Góis, e, preferencialmente, entre primogénitos e filhos segundos das grandes casas nobres do Portugal joanino.

Porém, e apesar da maior parte dos mordomos-mores ter sido escolhida entre a nobreza titulada, como vimos filhos primogénitos e segundos das casas de Faro, Cantanhede, Vila Real, Linhares e Odemira, sendo, por isso, condes ou descendentes de condes e de marqueses, não encontramos ocupando esse cargo nenhum marquês e muito menos um duque. O que se afigura natural, já que para esses estavam reservados, os principais cargos palatinos da Casa do Rei.

Do ponto de vista das ligações familiares podemos considerar três níveis de análise complementares: um primeiro que diz respeito aos laços de parentesco entre as diferentes casas nobres e titulares de que provinham os mordomos-mores; um segundo que se refere às alianças matrimoniais estabelecidas entre essas linhagens e um conjunto de outras; e, por fim, o papel de ascendentes e sucessores, que adquire particular relevância, neste último caso, através da colocação de filhos e filhas ao serviço da Casa da Rainha e do Rei.

Antes de mais, importa realçar que D. Fernando de Faro foi, ao longo do período em que exerceu a função de mordomo-mor, o principal representante dos interesses dos senhores do Vimieiro e das poderosas linhagens de Faro e de Odemira na Casa da Rainha D. Catarina de Áustria³⁵. Aliás, o seu pai, D. Afonso de Noronha, era filho terceiro dos duques de Bragança, tendo participado em momentos decisivos da governação de D. Afonso V, tais como a participação na tomada de Arzila, em 1471, na batalha do Toro em Castela, partindo ainda para França no séquito afonsino que procurava, nesta conjuntura, o apoio de Luís XI. Refira-se, ainda, que a influência da Casa de Faro se fez sentir, em particular, pelas mãos de D. Francisco de Faro, Iº conde do Vimieiro, que, a partir de 1530, será vedor da fazenda de D. João III, de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique e que receberá, ainda, em 1563, carta de conselheiro do rei. Acresce que D. Francisco de Faro servira em África, com homens à sua custa no cerco de Safim e participara na expedição a Túnis com o infante D. Luís³⁶.

³⁵ Sendo D. Fernando de Faro irmão de D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, acabava por exercer uma influência favorável aos demais membros da sua família. Cf. «FARO (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, 1960, p. 578.

³⁶ D. Francisco de Faro, Iº conde do Vimieiro, filho de D. Francisco de Noronha, 4º senhor do Vimieiro, foi comendador de Fonte Arcada, na Ordem de Cristo, vedor da fazenda de D. João III, e do Conselho do mesmo rei, vedor da fazenda do Príncipe D. João, de D. Sebastião e do Cardeal-Rei D. Henrique. Para além disso, foi 5º senhor do Vimieiro por sentença confirmada,

Por outro lado, os dois ramos dos Noronha, os condes de Linhares e os condes de Odemira, possuíam, também eles, fortes ligações familiares com o Marquês de Vila Real³⁷. Com efeito, o Iº conde de Linhares, D. António de Noronha, pai de D. Francisco de Noronha e irmão de D. Afonso de Noronha, senhor do Vimieiro, era filho secundogénito do marquês, tendo-se destacado pelos assinaláveis serviços que prestou em Ceuta. Escrivão da puridade de D. Manuel e de D. João III, o Iº conde de Linhares foi distinguido com esse título por este último rei, tratando-se de um dos nobres titulados durante a sua governação e, por isso mesmo, mais dependente do favor régio³⁸.

Ora, tanto a primeira como a segunda Casa estavam ligadas pelos laços matrimoniais, respectivamente, aos 1ºs e 2ºs condes de Portalegre, da família dos Silva e dos Ataíde, duas das mais influentes linhagens da corte de D. João III³⁹. Refira-se ainda, que eram fortes as ligações entre os condes de Odemira e a Casa de Faro, já que, D. Sancho de Noronha veio a suceder nesta última Casa, sendo considerado como um dos mais poderosos e influentes fidalgos da Corte de D. João III⁴⁰.

Por sua vez, e como ficou acima aduzido, D. Nuno Álvares Pereira era filho de D. Fernando Meneses, 2º Marquês de Vila Real, a casa mais opulenta do Portugal joanino. E D. Aleixo de Meneses representou, por certo, os interesses da casa de Cantanhede, já que era filho de D. Pedro de Meneses, Iº conde de Cantanhede.

Por fim, os outros dois mordomos-mores que serviram na Casa da Rainha, respectivamente, Nuno Martins da Silveira, senhor de Góis, que viria a ser pai do Iº conde da Sortelha, D. Luís da Silveira, ilustre e influente conselheiro de D. João III e embaixador em Castela⁴¹, e D. Álvaro de Sousa, senhor de Eixo e Requeixo, pertenciam a duas das famílias, os Silveira e os Sousa, igualmente preponderantes na corte de D. João III.

Para além disso, este conjunto de linhagens estabeleceu entre si fortes laços endogâmicos através de estratégias matrimoniais apostadas em reforçar o poder dessas famílias e Casas senhoriais.

em 6 de Julho de 1583, por Filipe II, e pelo seu casamento com D. Mariana de Sousa Guerra, senhor de Alcoentre e Tagarro e alcaide-mor de Rio Maior. O título de conde foi-lhe concedido, em 1614, por Filipe III, de juro e herdade, com dispensa da Lei Mental em duas vidas. Veja-se, a este propósito, «VIMIEIRO Condes do)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, 1961, p. 535.

³⁷ Cf. «VILA REAL (Condes, Marqueses e Duques de)», *ibidem*, vol. III, pp. 523-528.

³⁸ Cf. «LINHARES (Condes de)», *ibidem*, vol. II, p. 688.

³⁹ Cf. «PORTALEGRE (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 166.

⁴⁰ Cf. «ODEMIRA (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 67.

⁴¹ Cf. «SORTELHA (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 397.

Entre muitos outros exemplos, cite-se o caso da filha de Nuno Martins da Silveira, D. Leonor de Vilhena, que foi a 2ª mulher de D. Diogo Lobo da Silveira, 2º Barão de Alvito, mordomo-mor de D. João II e de D. Manuel, vedor da fazenda deste último rei e de D. João III⁴². Por seu turno, deste casamento nasceu D. Luís Lobo da Silveira, de quem descendem os condes de Sarzedas⁴³. Outro exemplo modelar do que temos vindo a referir é o casamento de D. Francisco de Noronha com Violante de Andrade, filha de Femão Álvares de Ataíde, escrivão da puridade e tesoureiro-mor de D. João III, e da influente linhagem dos Ataíde⁴⁴. Enuncie-se, por outro lado, o facto de Nuno Alvares Pereira ter casado com Dona Maria de Noronha, filha de Martinho de Castelo-Branco, 1º conde de Vila Nova de Portimão, vedor da fazenda de D. Afonso V, de D. Manuel e de D. João III e que gozou de um notável valimento nas cortes destes dois últimos monarcas⁴⁵.

Para consolidar ainda mais a influência e o prestígio destas linhagens, são vários os exemplos de mordomos-mores ou de familiares próximos que colocaram filhas ou filhos ao serviço da Casa de D. Catarina, sendo inversamente constável a existência de damas que casaram com descendentes directos ou colaterais dessas famílias.

Ilustrando com alguns exemplos esta realidade, sublinhem-se os casos de D. Constança de Noronha, dama da rainha, que era filha de D. Diogo de Noronha, irmão do Marquês de Vila Real⁴⁶, de D. Maria da Silva, dama e filha de Álvaro Coutinho, 3º conde de Portalegre, comendador de Almourol, casada com D. Manuel de Meneses, 5º Marquês de Vila Real⁴⁷, de D. Mecia de Meneses, filha do mordomo-mor D. Aleixo de Meneses⁴⁸, ou de D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Faro⁴⁹.

Por outro lado, D. Afonso Henriques, pagem da rainha, era filho do mordomo-mor, D. Fernando, senhor do Vimieiro⁵⁰, e os irmãos D. Jorge de Faro e D. Gonçalo de Castelo-Branco, filhos de D. Francisco de Faro, ocuparam de

⁴² Cf. «ALVITO (Barões, Condes e Marqueses de)», *ibidem*, vol. II, p. 268.

⁴³ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 268.

⁴⁴ Cf. «LINHARES (Condes de)», *ibidem*, vol. II, p. 688.

⁴⁵ Cf. «VILA NOVA DE PORTIMÃO (Condes)», *ibidem*, vol. III, p. 514.

⁴⁶ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3 v.

⁴⁷ BN, *Colecção Pombalina*, n.º 151, *Corte de Portugal [...]*, fl. 238. Cf. «VILA REAL (Condes, Marqueses e Duques de)», *ibidem*, vol. III, p. 57.

⁴⁸ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3 v.

⁴⁹ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3 v.

⁵⁰ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 4.

igual modo essa função⁵¹. Certo é que também os principais representantes da Casa do Rei colocaram filhos como pagens ao serviço da rainha. Sublinhe-se o exemplo, entre outros, de D. Francisco Castelo-Branco, filho de D. Afonso, mordomo-mor do rei⁵².

Deve notar-se, para além do mais, que tantos os mordomo-mores, como os respectivos ascendentes e descendentes, assim como os membros das famílias com os quais estabeleceram laços de parentesco, ocuparam destacados lugares na administração central, na governação militar e diplomática, e fizeram ouvir com alguma frequência as suas «vozes» nas orientações da política interna do Reino e do Império.

D. Aleixo de Meneses foi aio e conselheiro de D. Sebastião, D. Nuno Martins da Silveira era vedor das obras do Reino, e D. Nuno Álvares Pereira era neto do aposentador-mor da Casa Real. Para além do mais, o mais famoso descendente de D. Fernando de Faro, D. Francisco de Faro, I^o conde do Vimieiro, será, a partir de 1530, vedor da fazenda de D. João III, de D. Sebastião e do cardeal-rei D. Henrique, recebendo, a partir de 1563, carta de conselheiro do rei. O próprio pai de D. Francisco de Noronha, como vimos, havia sido escrivão da puridade de D. Manuel e de D. João III⁵³.

É de realçar, como ficou registado, que D. Aleixo de Meneses era alcaide-mor de Arronches e que D. Sancho de Noronha era alcaide-mor de Estremoz e de Alvor, o que revela a preocupação em nomear nos principais cargos palatinos da Casa da Rainha e também do rei, homens da confiança militar régia.

Por sua vez, são manifestas as ligações da elite governativa da rainha ou de seus familiares com a governação habsburga. Neste sentido, e retendo, uma vez mais, o exemplo de D. Aleixo de Meneses, este foi embaixador de D. João III na corte de Carlos V, entre 1537 e 1539 e de novo entre 1543 e 1544, tendo servido como mordomo-mor na casa da princesa Joana⁵⁴. Por seu turno, D. Francisco de Noronha, que foi embaixador em França, casou com D. Violante de Andrade, dama da Imperatriz Isabel, que era, aliás, filha de Femão Álvares de Andrade, escrivão da puridade e tesoureiro-mor de D. João III. E os Faro haviam estado em gerações anteriores refugiados em Castela, fugindo às perseguições políticas de D. João II⁵⁵.

⁵¹ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 5.

⁵² BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 5.

⁵³ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *ob. cit.*, 2002, p. 525; cf. «CANTANHEDE (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, 1960, p. 479.

⁵⁴ Cf. «CANTANHEDE (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, 1960, p. 479.

⁵⁵ Cf. «LINHARES (Condes de)», *ibidem*, vol. II, p. 688. Cf. «FARO (Condes de)», *ibidem*, vol. II, 1960, pp. 577-578.

Como já tivemos oportunidade de realçar noutro estudo, vários destes nobres, dos seus pais, ou dos seus filhos lutaram pela presença portuguesa no Norte de África⁵⁶. Faça-se alusão apenas a alguns exemplos. D. António, filho de D. Francisco de Noronha, morreu em África, sendo os seus feitos imortalizados por Camões⁵⁷. O 1º conde de Linhares, D. António de Noronha, governou Ceuta onde prestou serviços assinaláveis e D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, foi capitão de Safim⁵⁸. Para além disso, vários dos filhos destas e de outras famílias aparentadas virão a morrer em Alcácer-Quibir.

No elenco dos restantes membros da «família» masculina da rainha registam-se vários outros ofícios palatinos, tais como o de estribeiro-mor, aposentador-mor, vedor, reposteiro de camas, mestre-sala e trinchante das damas, contador da casa, mantieiro, cevadeiro, copeiro e guarda-reposte.

Entre os estribeiros-mores, vamos encontrar os nomes de Francisco Coelho e de Afonso de Zúñiga e, entre os mestre-sala, a referência a Pedro de Miranda e a Garcia de Melo da Silva⁵⁹. No sector dos vedores da Casa sobressaem referências onomásticas às famílias Melo, Noronha, Guedes, Correia, Meneses, Almeida, constituindo-se, por vezes, verdadeiras «linhagens» de oficiais ao serviço da consorte régia e do monarca. Neste sentido, tenha-se em vista, o exemplo da família Melo da Silva, dos Meios, porteiros-mores, que tutelaram durante gerações este ofício na Casa do Rei, e o de mestre-sala na Casa da rainha. O que nos aponta para o fenómeno bem conhecido da circularidade destes ofícios no interior das diferentes Casas da Família Real. Ilustrando esta situação, Cristovão Correia, vedor da Casa da Rainha, servira, anteriormente, D. Leonor, mulher de D. João II, e o seu descendente Pero Correia viria a suceder-lhe em idêntica função⁶⁰.

Convém ainda sublinhar, que estes oficiais também possuíram filhos e filhas ao serviço de D. Catarina de Áustria. Entre outros, o filho de Garcia de Melo seria pagem da rainha⁶¹, e a filha de D. Rodrigo de Meneses, vedor da fazenda, era donzela da consorte régia⁶².

⁵⁶ Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, «O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria; a Família Real, a índia e os grupos de poder», [...], 2002 (no prelo).

⁵⁷ Cf. «LINHARES (Condes de)», *ibidem*, vol. II, p. 688.

⁵⁸ Cf. «LINHARES (Condes de)», *ibidem*, vol. II, p. 688. Cf. «ODEMIRA (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 67; BA, *Genealogias Manuscritas*, 50-IV-12, «Condes de Odemira», fl. 89.

⁵⁹ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula* [...], fis. 4, 4v. e 5.

⁶⁰ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula* [...], fl. 4.

⁶¹ BN, *ibidem*, fl. 4.

⁶² BN, *ibidem*, fl. 4.

Mas se o sector masculino deveria assegurar as tarefas de vigilância e de gestão, estava-lhe naturalmente interdito o desempenho de funções que, pela sua natureza, implicavam uma proximidade e «intimidade» com a rainha, apenas permitidas à «família» feminina das esposas régias. De facto, à camareira-mor pertencia o governo da câmara da rainha, estando-lhe sujeitas todas as damas e mulheres ao serviço da consorte régia, possuindo sobre elas idêntica jurisdição à que o mordomo-mor detinha sobre os criados masculinos da Casa Real.

Ao longo do período considerado foram camareiras-mores de D. Catarina de Áustria, D. Cecília Bocanegra, D. Joana de Eça e D. Filipa de Ataíde⁶³, desempenhando a função de camareira-menor, D. Mécia de Andrade⁶⁴.

Ora, D. Joana de Eça, que fora dama de D. Leonor, mulher de D. João II, era casada pela 2ª vez com Pedro Gonçalves da Câmara, de quem tivera, entre outros filhos, António Gonçalves da Câmara, caçador-mor de D. Sebastião, pai do pagem da rainha, Pero Gonçalves da Câmara, e das damas D. Catarina de Eça, D. Violante de Noronha e D. Catarina de Noronha⁶⁵. Aliás, a própria mulher de António Gonçalves da Câmara, D. Margarida de Noronha, filha do 6º senhor de Vila Verde, D. Pedro de Noronha, era dama da rainha⁶⁶. Assim sendo, a família dos Gonçalves da Câmara que possuiu um notável valimento junto de D. Sebastião, foi alicerçando o seu poder ao longo de três gerações através da Casa da Rainha.

A escolha das damas e das donzelas de D. Catarina de Áustria fez-se, como seria de esperar, entre as famílias mais agraciadas pela governação joanina e de D. Sebastião. Entre as famílias e casas tituladas que se destacaram pelo maior número de filhas, mulheres, sobrinhas e netas ao serviço de D. Catarina citem-se os Noronha, os Meneses, os «Vila Real» e os «Cantanhede».

Com efeito, D. Constança de Noronha era filha de D. Diogo de Noronha, irmão do 4º marquês de Vila Real, e comendador-mor da Ordem Cristo, e viria a casar com D. João de Meneses, 7º senhor de Cantanhede, que era camareiro-mor e da família de D. Aleixo de Meneses, mordomo-mor da Casa⁶⁷. Por sua

⁶³ Surge-nos a referência a D. Cecília Bocanegra como camareira em 1542. Por sua vez, D. Joana de Eça serviu, pelo menos, em 1550 e em 1564, e D. Filipa de Ataíde foi camareira-mor em 1578. B.N., *ibidem*, ffs. 3 e 3 v.

⁶⁴ BN, *ibidem*, fl. 4.

⁶⁵ BN, *ibidem*, ffs. 3 v. e 4.

⁶⁶ BN, *ibidem*, fl. 3. D. Margarida de Noronha era mãe de Violante de Noronha e de Catarina de Noronha, damas da Casa de D. Catarina, e mulher de D. Antonio Gonçalves da Câmara, caçador-mor de D. Sebastião. Cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, vol. III, p. 232.

⁶⁷ BN, *ibidem*, fl. 3 v.; António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VI, 2ª parte, p. 339.

vez, D. Catarina de Eça, filha de D. Afonso de Noronha, 5º vice-rei da Índia, viria a contrair matrimónio com D. Rodrigo de Melo que morreria em Alcácer-Quibir, filho de D. Francisco de Melo, 2º marquês de Ferreira⁶⁸. Refira-se, por outro lado, que D. Leonor de Noronha era filha de D. Garcia de Noronha, vice-rei da Índia, e que D. Maria de Castro era filha de D. Jerónimo de Meneses, capitão de Baçaim⁶⁹. De igual modo, D. Maria da Silva era filha de Álvaro Coutinho, comendador de Almourol, e casaria, por sua vez, com o 5º marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses⁷⁰; e D. Leonor de Meneses era filha do vedor da fazenda da Casa, em 1578, D. Rodrigo de Meneses⁷¹. Do ramo dos Meneses com diversas ramificações genealógicas, podemos salientar, ainda, o facto das damas D. Maria Vilhena e D. Margarida da Cunha serem filhas de D. Henrique de Meneses, que estabelecera fortes ligações de parentesco com a casa de Cantanhede⁷².

A verdade é que também os Castro/condes de Monsanto, os condes de Portalegre, os condes da Castanheira, os condes da Feira, os condes de Vila Nova de Portimão estavam representados através das filhas ou das mulheres na casa da rainha D. Catarina de Áustria. De facto, D. Luisa de Castro era filha de D. Pedro de Castro, vedor da fazenda de D. Manuel e de D. João III, conselheiro régio e conde de Monsanto desde 1528⁷³. Pelo seu segundo casamento com Inês de Aiala, filha dos 1ºs condes de Portalegre, estreitaria os laços familiares com essa casa senhorial. Aliás, a filha de ambos, D. Maria de Ayala, era dama da rainha⁷⁴. De igual forma, D. Catarina de Vilhena, donzela da rainha, era filha do 3º conde de Portalegre, D. Álvaro da Silva e de D. Filipa de Vilhena, filha, por sua vez, dos 2º condes de Tentúgal⁷⁵. E outra das damas da rainha, D. Maria da Silva, viria a ser casada com um dos filhos de D. Álvaro da Silva, D. João da Silva⁷⁶. Por seu lado, D. Maria de Ataíde era filha do 1º conde da Castanheira, D. António de Ataíde, vedor da fazenda de D. João III e poderoso valido da corte joanina; e D. Ana de Aragão era filha de Fradique

⁶⁸ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3v. Cf. «FERREIRA (Marqueses de)», *ibidem*, vol. II, p. 589.

⁶⁹ BN, *ibidem*, fl. 3.

⁷⁰ Cf. «VILA REAL (Condes, Marqueses e Duques de)», *ibidem*, vol. III, p. 527.

⁷¹ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3 v.

⁷² BN, *ibidem*, fl. 3.

⁷³ BN, *ibidem*, fl. 3. Cf. «MONSANTO (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 15.

⁷⁴ Cf. «MONSANTO (Condes de)», *ibidem*, vol. III, p. 15.

⁷⁵ Cf. «PORTALEGRE (Condes de)» *ibidem*, vol. III, p. 166.

⁷⁶ Cf. «PORTALEGRE (Condes de)» *ibidem*, vol. III, p. 166.

Manuel, e da sua mulher, Dona Maria de Ataíde, neta de D. Antonio de Ataíde⁷⁷. Igualmente, D. Inés e D. Joana de Castro eram filhas de D. Diogo Pereira, 3º conde da Feira, sendo o irmão de ambas, D. Paulo Pereira, pagem da rainha⁷⁸.

Mas também entre as famílias dos Teles de Meneses, dos Meló, dos Melos da Silva, dos Lourenço Pires de Távora, dos Alcáçova Carneiro, dos Sousa, dos Sottomayor, dos Lima, dos Lobo, dos Coutinho, dos Vasconcelos, dos Almeida, dos Albuquerque vamos encontrar damas e donzelas que serviram a esposa de D. João III⁷⁹.

Em síntese, os elementos femininos que serviram D. Catarina, em especial os que conferiam elevada posição honorífica, asseguraram a reprodução social dos mesmos grupos de poder na Casa, quer através de bem sucedidas alianças matrimoniais promotoras de sólidas relações endogâmicas, quer favorecendo a capacidade de influência e de «protecção» junto da consorte régia.

Com efeito, a partir de elementos sugeridos noutros trabalhos sobre a Casa de D. Catarina complementados com os dados por nós compulsados, sobressai, do cômputo geral dos membros desta Casa, e por ordem decrescente, um conjunto de famílias com maior influência e detendo um maior número de cargos, tais como os Noronha, os Meneses, os Silva, os Melo, os Mendonça, os Castro, os Sousa e os Silveira⁸⁰.

Deste ponto de vista convém realçar, de acordo com o estudo de Jean Aubin sobre a nobreza titulada no reinado de D. João III, a clara tendência da realeza para um «fechar» do acesso à titulação, reforçando, por um lado, o poder dos

⁷⁷ BN, *ibidem*, fl. 3. Cf. «CASTANHEIRA (Condes da)», *ibidem*, vol. II, p. 496.

⁷⁸ BN, *ibidem*, fl. 3v. e 4. Cf. «FEIRA (Condes da)», *ibidem*, vol. II, p. 585.

⁷⁹ Entre estas destaque-se o exemplo de D. Isabel de Mendonça, filha de Jorge de Melo, monteiro-mor; de D. Maria da Cunha filha de Cristovão de Melo, porteiro-mor de D. João III, alcaide-mor de Serpa; de D. Catarina de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora, vice-rei da índia, e irmã do pagem da rainha, Álvaro Pires de Távora, (BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fis. 3 e 3 v.). De D. Leonor Coutinho, filha de Filipe Lobo, trinchante de D. João III, que casou-se com D. Diogo de Almeida, conselheiro de D. Sebastião e capitão de Chiu, sendo ainda mãe de D. Mariana Coutinho, mulher do citado Rui Lourenço Pires de Távora (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, 143 D, fl. 18.). D. Joana Coutinho, por sua vez, era irmã de D. Luís Lobo, que viria a casar com outra dama da rainha, D. Isabel de Brito, filha de Alexandre de Moura, amo de D. Sebastião (BN, *Colecção Pombalina*, nº 151, *Corte de Portugal*, fl. 283); ou os exemplos de D. Margarida de Alcáçova filha de António de Alcáçova Carneiro (BN, *ibidem*, fl. 283); e de D. Joana de Castro, filha de Diogo Melo da Silva, vedor da Casa e conselheiro de D. João III (cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, vol. VI, p. 632).

⁸⁰ Carlos Margaça Veiga, *Poder e Poderosos na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 93-99.

membros da dinastia de Bragança, equilibrando-o com o do Marquesado de Vila Real com crescente poder e influência na corte joanina, criando ainda, por outro lado, novos títulos de conde, entre os seus fiéis servidores, tais como o de Linhares (Noronha), o do Prado (Sousa), o de Monsanto (Castro), o da Castanheira (Ataíde), o da Sortelha (Silveira), ou o de Odemira (Noronha)⁸¹. Também nesta circunstância, estamos perante uma tentativa de equilibrar os poderes da Casa de Bragança e o dos Marqueses de Vila Real, já que as nomeações feitas entre a linhagem dos Noronha decorrem dos apoios dados pelo 2º marquês, e as dos Sousa parecem estar intimamente ligadas à Casa de Bragança⁸².

Como é facilmente constatável, as casas que alcançaram a titulação com D. João III ocuparam os principais cargos da Casa de D. Catarina, o que se compreende já que esta estrutura social funcionava, em larga medida, como um importante espaço de irradiação do poder de titulares, de nobres e de servidores da Casa Real e da administração do Reino.

Analisada a composição social da *Câmara* da rainha, importa, na parte final deste texto, ponderar a participação destes homens em momentos decisivos da governação joanina e da regência de D. Catarina de Áustria.

No que diz respeito ao abandono das praças do Norte de África (1541-1550), e ainda que seja difícil precisar com rigor as tomadas de posição e a diversidade de opiniões, parece-nos, contudo, que vários dos membros da Casa da Rainha, sobretudo os representados pelas famílias mais próximas do marquês de Vila Real, - os Noronha/Linhares, os Odemira/ Faro - subscreveriam a posição de adiar, na conjuntura, o abandono de lugares no Norte de África.

Por outro lado, esta posição seria, de igual modo, defendida de forma acérrima por João Rodrigues de Sá de Meneses, pai de D. Maria de Meneses, donzela da rainha, por D. João de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira, pai da donzela, Brites de Lima, por D. Manuel de Sousa e por D. Fradique Manuel, pai de Ana de Aragão⁸³. Mas também encontramos posições no seio dos membros da Casa que admitem o abandono das praças do Norte de África. Destaquem-se, neste sentido, os pareceres do bispo de Lamego, de D. Francisco Lobo, de Cristovão de Távora, do conde da Castanheira, e, em parte, do próprio marquês de Vila Real. Por seu turno, tanto o conde da Castanheira como Cristovão de Távora sublinharam, por diversas vezes, as potencialidades

⁸¹ Cf. Jean Aubin, «La Noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, nº 26, 1989, p. 422.

⁸² Cf. *ibidem*, p. 424.

⁸³ BN, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, *Livro da Matricula [...]*, fl. 3. BN, *Colecção Pombalina*, nº 151, *Corte de Portugal*, P. I, L. 2, *Officiaes da Casa das Raynhas*, fl. 283.

económicas da Índia, apesar das dificuldades sentidas na Rota do Cabo, desde meados do século XVI⁸⁴.

Em síntese, soluções diferentes, que estavam longe de alinhar idênticas opiniões em tomo de uma mesma linhagem ou Casa, para a resolução de problemas de ordem prática, que passavam fundamentalmente pelo determinar da melhor área de investimento, garantindo a continuidade do percurso das rotas do Atlântico ao Índico. É evidente que apenas um estudo mais aprofundado poderia dar a conhecer o parecer de cada uma das famílias - com divergências ou não no interior destas -, o que nos se nos afigura, em função dos estudos já elaborados sobre esta matéria, tarefa aliciante, mas árdua⁸⁵.

A própria defesa de Mazagão, em 1562, sitiada pelo exército de Mulei Moámede durante a regência de D. Catarina, mobilizou nesta protecção à praça portuguesa várias das famílias com ligações à Casa da Rainha. As críticas mais acintosas à governação de D. Catarina vieram, por outro lado, da Casa de Bragança e de Aveiro, cujos membros ou familiares nos aparecem em menor número na composição interna da Casa da Rainha. Aliás, será um vedor da Casa que comunicará a decisão, nessa circunstância, de D. Catarina abandonar a regência, sendo de referir, ainda, que a questão de Mazagão veio revelar o interesse renovado, por parte de vários sectores sociais, da presença portuguesa no Norte de África, confirmada aliás nas cortes de 1562⁸⁶.

Por outro lado, a consulta de D. Catarina, em Dezembro de 1560, comunicando ao Reino a intenção de abandonar a regência, motivou a elaboração de pareceres e de respostas de nobres e senhores das principais cidades e vilas e, em muitos deles, veiculam-se as opiniões de membros ligados, directa ou indirectamente, à Casa da Rainha. Desde a primeira hora, o conde da Castanheira refutou em Conselho a hipótese da rainha largar o governo, confirmada por escrito, em 1560⁸⁷. No mesmo sentido ia o parecer de D. Francisco de Faro, do visconde de Vila Nova da Cerveira, de João Rodriguez de Sá e Meneses e de D. Luís de Castro, que aconselhando a rainha a ficar, também aceitariam a solução de serem dois regentes a governar⁸⁸.

⁸⁴ Veja-se, a este propósito, o estudo de Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, sep. *Mare Liberum*, n.º 13, C. N.C.D.R., Junho 1997, pp. 28-29.

⁸⁵ Cf. *idem, ibidem*, pp. 31-59.

⁸⁶ Cf. Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, II volume, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 189-194.

⁸⁷ Cf. *idem, ibidem*, pp. 208-209.

⁸⁸ Cf. *idem, ibidem*, pp. 211-213.

Outra questão que se afigura da maior importância é a perpetuação destes grupos na Casa de D. Sebastião, cuja organização suscitou um amplo debate e críticas acintosas de importantes sectores da sociedade portuguesa. Com efeito, os agravos que já vinham sendo feitos relativamente à Casa de Bragança e ao duque de Aveiro, vieram confirmar-se na escolha dos cargos cimeiros da casa de seu neto. Assim, D. Constantino de Bragança, que fora camareiro-mor de D. João III e a quem competia desempenhar igual função na Casa de D. Sebastião, não foi provido, alegando a rainha que preferia que a escolha fosse feita por D. Sebastião quando atingisse a maioridade⁸⁹. O mesmo sucedeu com as famílias dos condes de Linhares e de Portalegre, que, como vimos, tiveram uma influência decisiva na Casa de D. Catarina. De facto, esses titulares foram preteridos na nomeação para escrivão da puridade em favor de Pero de Alcáçova Carneiro, cuja família iniciara o percurso de ascensão social com a governação joanina e cujo valimento se impusera, em boa parte, graças ao papel assumido na Casa da Rainha⁹⁰.

Note-se, por outro lado, que vários dos homens ou membros de certas famílias de linhagem que ocuparam cargos preeminentes na Casa da Rainha vieram a desempenhar as funções de maior relevo na casa de D. Sebastião. Para o cargo de mordomo-mor foi escolhido D. Álvaro da Silva, conde de Portalegre, para vedor D. Tomé de Sousa, para alferes-mor D. João de Menezes, para porteiro-mor Cristovão de Melo e para reposteiro-mor Bemaldym de Távora⁹¹. A escolha, ao modo castelhano, de quarto sumilheres da cortina, revelava, também ela, a continuidade na casa do rei de muitas das famílias que haviam servido a rainha, tais como D. Duarte de Almeida, moço fidalgo da consorte régia, e uma clara preponderância dos Meneses/«Cantanhede», quer através de D. Pedro de Meneses, filho de D. João de Meneses, camareiro-mor de D. João III, quer do ajudante do sumilher, D. Álvaro de Meneses, tão-só filho de Aleixo de Meneses⁹².

Outros dos temas que, por economia de tempo, apenas afloramos, mas que nos parece do maior interesse para a compreensão dos grupos de interesse e de pressão ao longo das regências durante a menoridade de D. Sebastião e no quadro da governação sebástica, é o das trajectórias seguidas pelas famílias ligadas à Casa da Rainha, em especial após o seu afastamento da regência e, com maior relevância, perante a tomada de poder por parte de Filipe II.

⁸⁹ Cf. *idem, ibidem*, p. 94.

⁹⁰ Cf. *idem, ibidem*, p. 94.

⁹¹ Cf. *idem, ibidem*, p. 93.

⁹² Cf. *idem, ibidem*, pp. 94-96.

Neste sentido, o 5º marquês de Vila Real e 7º capitão-geral de Ceuta, D. Manuel de Meneses, que, como foi aludido, casou com D. Maria da Silva, dama da rainha, e cujo valimento era notório na corte de D. João III, recebeu com pompa e aparato D. Sebastião aquando da sua primeira visita a África e, após a morte do rei, deu o apoio decisivo a Filipe II, que o agraciou com o título de duque⁹³. Relembre-se que na sua descendência, o 7º marquês, D. Luís de Noronha e Meneses, apesar de confirmado no título, desagradara-se da governação joanina pelo que viria a morrer no patíbulo, vítima da conspiração contra o *Restaurador*⁹⁴. Por sua vez, D. Dinis de Faro, na descendência directa de D. Fernando de Faro, senhor do Vimieiro, acompanharia Filipe II aquando da sua visita a Portugal, em 1619, levando à rédea o cavalo do soberano⁹⁵.

Embora com as vicissitudes decorrentes das complexas redes de influência e de parentesco entre as elites políticas portuguesas e castelhanas ao longo do século XVI até à anexação filipina, as famílias e as linhagens ao serviço de D. Catarina souberam, quase sempre, ultrapassar as conjunturas críticas e, na maioria das vezes, reforçar de forma inequívoca a sua honra, o prestígio e o poder.

⁹³ Cf. «VILA REAL (Condes, Marqueses e Duques de)», *ibidem*, vol. III, p. 527.

⁹⁴ Cf. *ibidem*, vol. III, p. 527.

⁹⁵ Cf. «FARO (Condes de)», *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 578.

ANEXO

*Livro da Matricula dos Moradores da Casa da Rainha D. Caterina. Desde o anno de 1542 ate o de 1572 (fl. 2)*¹

DAMAS

1542

D. Cecilia Bocanegra Camareira primeiro foy dama e mulher de Filipe de Aguilar

AS DONZELAS CASTELHANAS

D. Caterina de Tovar

D. Maria de Velasco neta da camareira-mor que veyo com esta Rainha e se chamou também D. Maria Valasco

D. Mecia de Quintanilha filha de D. Catarina de Figueiroa.

D. Luiza de Gusman filha de Francisco de Gusman

D. Francisca de Mendonça filha de Francisco Valasques

D. Catarina da Veiga neta de D. Leonor de Alarcão

DONZELAS PORTUGUESAS

D. Maria de Meneses filha de João Rodríguez de Sá

D. Leonor de Noronha filha de D. Garcia de Noronha

D. Luiza de Castro filha de D. Pedro de Castro

Violante de Lemos que foy da Rainha D. Leonor

D. Francisca de Sousa

D. Filipa da Cunha neta do amo del Rey

D. Luiza da Cunha filha de Jorge de Vasconcellos

D. Branca de Soutomayor filha de D. Catarina de Soutomayor

D. Brites da Silva filha de D. Pedro de Almeida

D. Maria de Vilhena filha de D. Henrique de Meneses

D. Isabel de Mendonça filha de Jorge de Mello

D. Anna da Guerra filha de D. Francisco Pereira

D. Margarida da Cunha filha de D. Henrique de Meneses

D. Joanna da Silva filha de Henrique Moniz

D. Catarina de Vilhena filha do conde de Portalegre

D. Catarina de Ataide filha de Alvaro de Sousa

D. Mecia de Albuquerque, filha de Jorge de Albuquerque

D. Catarina de Tavora filha de Ruy Lourenço de Tavora

¹ BN, Reservados, *Colecção Pombalina*, Ms. 648, fis. 1-5v.

D. Maria de Ataíde filha do conde da Castanheira
D. Isabel de Mendonça filha de Lopo Furtado
D. Brites de Noronha filha de Femão Alvares Cabral
D. Maria de Castro filha de D. Jerónimo de Noronha
D. Filipa de Castello Branco neta da camareira-mor
D. Joanna de Aragão filha de D. Nuno Manoel
D. Guiomar Freire filha de Simão Freire
D. Maria de Mendonça filha de Ayres de Sousa
D. Maria da Cunha filha do porteiro-mor Cristovão de Mello (fl.3)

DAMAS

D. Constança de Noronha filha de D. Diogo de Noronha irmão do Marquez
D. Cecília de Mello Henriques filha de Ruy de Mello

1564

D. Joanna de Eça Camareira mor

DONZELAS

D. Francisca de Mendonça
D. Leonor Coutinho
D. Guiomar Coutinho
D. Antonia de Mendonça
D. Catarina de Eça neta da camareira mor
D. Catarina de Eça filha de D. Affonso de Noronha
D. Joanna de Lima
D. Catarina de Noronha filha de Antonio Gonçalves da Camara
D. Mecia de Meneses filha de D. Aleixo de Meneses
D. Francisca de Aragão filha de Nuno Rodríguez Barreto
D. Antonia da Silva filha de Phebus Monis

Joanna Valasques dona da Camara
D. Mecia de Andrade dama da Princesa

1578

D. Filipa de Ataíde Camareira mor com 10 mil réis anno
D. Leonor de Milão que foy de Nuno Rodríguez Barreto e foi tomada para acompanhar
S. Alteza com 8.000 réis

DONZELAS

D. Joanna de Castro filha de Conde da Feira todas tem a 10.000 réis cada anno
D. Anna de Aragão filha de D.Fradique Manoel
D. Violante de Noronha filha de Antonio Gonçalvez da Camara
D. Maria de Noronha filha de D. Francisco de Faro
D. Leonor de Meneses filha de D. Rodrigo de Meneses
D. Catarina de Meneses filha de Bernardo Corte Real (fl. 3 v.)

1542

D. Fernando de Faro Mordomo mor
Francisco Coelho Estribeiro mor
Francisco de Hanao Aposentador mor
Pero Correa Vedor da fazenda
Diogo de Mello Vedor da Caza
Pedro de Alcaçova Carneiro Secretario
Afonso Velasquez Camareiro
Diogo Zalema Thesoureiro
Gaspar de Teive Contador da Caza
Pedro de Miranda Mestre Sala e Trinchante das Damas
Francisco de Miranda seu filho
Gonçalo Casco Reposteiro de Camas

PAGENS

João de Laxão
D. Pedro Mascarenhas
Pedro de Sousa filho de Alvaro de Sousa
D. Martinho Soares filho de D. João de Alarcão
D. Affonso Henriques filho do mordomo mor D. Fernando
D. Paulo Pereira filho do Conde da Feyra
Garcia de Mello filho de Garcia de Mello
Jerónimo da Cunha filho de Pero Vaz da Cunha
Filipe Bocanegra filho de Francisco Velasques

1564

D. Francisco de Noronha conde de Linhares Mordomo mor
Simão Guedes, Vedor da Caza
António de Teyve Escrivão da Matricula
Femão Carvalho Cevadeiro mor
Affonso da Gama, Mantieyro (fl. 4)

PAGENS

D. Francisco de Castello Branco filho de D. Affonso Mordomo mor
 Manoel de Miranda filho de Diogo Miranda
 Alvaro Pires de Tavora filho de Ruy Lourenço de Tavora
 Pero da Silva filho de Diogo da Silva
 D. Jorge de Faro filho de D. Francisco
 Rui Dias da Camara
 D. Gonçalo de Castello Branco filho de D. Francisco
 Pero Gonçalves da Camara filho de Antonio Gonçalves da Camara
 D. Affonso de Noronha filho de D. Fernando
 D. Henrique de Meneses filho de D. Diogo de Meneses

1578

D. Sancho de Noronha Conde de Odemira Mordomo mor	100.000 réis
D. Rodrigo de Meneses Vedor da fazenda	
D. António de Almeyda Vedor	
Garcia de Mello da Silva Mestre Sala	
Francisco Carneiro, Secretario	40.000réis
Miguel de Zuniga Estribeiro mor ²	50.000réis
Vicente Tenreyro Mantieiro	40.000réis
Afonso de Freitas não declara o officio	50.000réis
Sebastião da Fonseca Escrivão da fazenda	30.000réis
João Pinheiro escrivão da matricula	30.000réis
Francisco Ferreira Copeiro	24.000réis
Simão Rodriguez guarda-reposta	40.000réis
João de Magalhães Dispenseiro mor	20.000réis
Diogo da Silva Escrivão da cozinha	40.000réis
João de Almada Escrivão do Thesouro	30.000réis
Luís de Figueiredo apouzentador	10.000réis
Lourenço da Gama Pereira moço da Camara	
António da Gama seu irmão moço da Camara	

PAGENS

João Fogaça 15.000 réis
 D. António da Silveira
 Manuel de Sousa (fl. 4 v.).

² Na margem esquerda aparece escrito «Alonso».